



“DEBATER O PARTIDO, REFORMAR O PAÍS E GANHAR PORTUGAL”

Beja é um território do interior, permanentemente fustigado pelas dificuldades inerentes a uma região há décadas confrontada com um retrocesso populacional galopante, consequência das sucessivas políticas de desinvestimento e de abandono seguidas por parte do poder central com a complacência e laxismo dos poderes locais há muito instalados.

Temos a perfeita noção de que nada podemos contar com este Governo que, mais uma vez, nos esqueceu neste orçamento de estado, à imagem dos anteriores e o nosso partido não teve, nalgumas propostas a capacidade de contrariar tais decisões, como foi o caso da premente obra de 2ª fase do Hospital de Beja.

Por isso, a CPD de Beja do PSD traz a este congresso um convite à reflexão e ao debate de ideias que possam produzir no futuro, uma ação política mais consequente, mais abrangente e mais assertiva, potenciadora da convergência de vontades para a mobilização das nossas populações e do eleitorado nacional.

Consideramos que, para que possamos debater o futuro, deveremos antes de tudo, respeitar e defender o nosso passado. O PSD deve transportar um legado, legado esse que nos deve honrar. O nosso partido fez tanto por este País, que nunca por momento algum deveremos ter receio de o evocar.

É também este legado que não nos deve dispensar de uma franca reflexão sobre o percurso do partido nos últimos vinte anos e, com a humildade própria dos que não abdicando das suas capacidades e competências são capazes de chamar a si as responsabilidades pelos próprios insucessos, mas determinados na sua superação.

O objetivo de nós sociais democratas, é contribuir sempre para a solução, e a solução passa por termos um PSD organizado e unido já em 2024 para disputar a vitória nas eleições Europeias, em 2025 presidirmos a Associação Nacional de Municípios e culminar em 2026 numa grande noite eleitoral que vai permitir, soltar o País dos tentáculos do polvo socialista que, tão nocivo tem sido para as nossas gentes.

Temos que estar disponíveis para despertar, “despertar não é mudar quem somos, despertar é mudar quem não somos”.

Despertar também os portugueses que não se revêm neste modelo de governação, que não acreditam neste modelo de desenvolvimento e que não participam nos processos eleitorais por descrédito no exercício do que é hoje a prática política.

Há perguntas que devem ser feitas sem tabus e a primeira é: Será que o nosso partido estava preparado para governar Portugal?

Ao assumirmos tantas vezes posturas autofágicas uns com os outros, seria legítimo pedirmos aos portugueses para acreditarem em nós, num partido que se mutilava?

Quando perdemos tempo demais a confiar neste governo, ganhando justa ou injustamente a denominação de cumplicidade ou conivência, gerando dúvidas constantes nos portugueses, estariam estes preparados para entender a nossa intenção?

Quando até nós sociais democratas, duidávamos do nosso próprio posicionamento ideológico, como poderíamos explicar o que éramos, o que queríamos e ao que vínhamos?

Tão relevante é o “ser”, como é o “parecer”. Se nós não assumirmos todos uma postura uníssona lá para fora, sem deixar de debater cá dentro, então nunca voltaremos a ser o grande partido que nos apaixonou a todos e que fez com que acreditássemos que a social democracia era o grande motor da locomotiva que é Portugal.

O nosso PSD tem de ter capacidade, disponibilidade e dimensão para acolher quem acredita nos nossos valores e termos a agilidade suficiente para nos abirmos a todo o espectro não socialista, desde que moderado, se quisermos reafirmarmo-nos como um grande partido.

Para isto é fundamental encontrar um discurso convincente, acutilante, motivador e apresentar um partido disruptivo na ação e moderno na organização a todos os portugueses.

Não deveremos ter problemas em assumir que há partidos que se agigantaram enquanto nós estagnámos e replicar algumas boas práticas, fazendo com que nos tornemos numa verdadeira laranja mecânica, em vez de olharmos para o lado e nos resignarmos a lamentar a mecânica dos outros.

Que discurso temos de adotar para pensionistas, trabalhadores do estado, subsídio-dependentes e ordenados mínimos? Ao falar para esta gente, estamos a falar para 60% da população. O que temos a dizer aos jovens, quando os últimos números dizem que este grupo sofre duma taxa de desemprego na ordem dos 21%? Que propostas temos para eles? Sem esquecer outras temáticas tão importantes para o nosso futuro como as alterações climáticas.

Que soluções deveremos apresentar urgentemente para a área da saúde, que está em desvario completo e que toca diretamente em milhares e milhares de portugueses? Se o País está ferido, nós, Beja, encontramos-nos no serviço de urgência.

Têm conhecimento a título de exemplo, de quantos quilómetros distam alguns Concelhos, como Odemira, do Hospital Distrital de Beja, percorrendo uma estrada em condições 3º mundistas e sem rede telemóvel em grande parte do trajeto? 130km.

Em pleno Séc. XXI temos populações no Distrito de Beja que não têm água da rede publica, tendo que sujeitar-se a autotanques e às limitações inerentes a essa condição desumana.

O que tem o nosso partido a dizer sobre a alternativa ao aeroporto da Portela? Que soluções apresenta para o aeroporto internacional de Beja? Ou simplesmente abandonamos as suas potencialidades e desistimos da região como os outros?

Quando o objetivo deveria de ser aliviar os grandes centros urbanos, promovendo o interior e consequentemente reduzindo as assimetrias regionais, tornando-nos num País mais robusto e pujante, continuamos a fazer nada. É isto que o nosso PSD pretende? Fazer nada? Conformamo-nos? Desistimos? O nosso PSD não é isso. O nosso PSD nunca desistiu de quem mais precisava. Espero que não seja agora.

Acredito veemente que, se nos organizarmos internamente e adotarmos estes temas como prioridade, estamos a crescer enquanto partido e estamos a entrar nos argumentos que verdadeiramente interessam às pessoas. A única forma de nos ouvirem, é se falarmos genuinamente para elas.

Simultaneamente temos de pensar as grandes reformas e levá-las para o centro da ação política, temos de ser nós a liderar essa agenda, porque essa é a nossa matriz e só assim voltaremos a conquistar a confiança das pessoas e a ganhar eleições.

Partindo agora para o exterior, das várias reformas que são fundamentais para o País, há uma que é estruturante e decisiva para o futuro dos territórios do interior como é o nosso, a reforma eleitoral.

Ao longo desta década e fazendo uma análise simples dos resultados eleitorais, especialmente do crescimento dos valores da abstenção, verificamos que o afastamento dos eleitores dos atos eleitorais está a aumentar fortemente e apesar desta realidade necessitar de uma reflexão e estudo profundos, verificamos que os partidos têm estado relativamente indiferentes a esse facto.

A taxa de 25% de votantes que não veem os seus votos serem elegíveis para a eleição de qualquer deputado, é uma tendência crescente e parece ser também uma das grandes razões para o aumento dessa abstenção.

A reforma do sistema eleitoral enunciada por todos os partidos e governos, tem sido sucessivamente adiada.

Na Europa existem diferentes sistemas eleitorais entre a tipologia proporcional e mista, mas o que realmente é necessário é encontrar outros tipos de indicadores que melhorem a justiça da representação no Parlamento e que diminuam as assimetrias

regionais, pois essas são a base do afastamento dos eleitores dos atos eleitorais e da sua aproximação a ideias cada vez mais extremistas e radicais.

A nossa matriz social-democrata coloca-nos numa situação privilegiada para criar mecanismos de combate às disparidades e aplicar políticas que nos permitam reformar a democracia, alargar a participação cívica e promover a transparência dos processos políticos.

O maior Distrito do País, que é Beja, elege hoje 3 deputados, sendo que, este número está em risco a curto prazo porque continuamos a perder população. A partir do momento em que a densidade populacional é o único critério de elegibilidade e de representatividade, o irrelevante peso político que temos, torna-se ainda mais evidente.

O Alentejo representa, sensivelmente, uma terça parte do nosso território nacional e tendo por base os princípios da social-democracia não podemos considerar digno, que um terço do território nacional seja responsável pela eleição de apenas 8 deputados ao Parlamento.

O nosso partido tem de assumir a responsabilidade de ajudar a encontrar uma solução, para garantir um número mínimo de deputados a eleger em vários territórios do interior, como Beja e torná-lo inalterável, independentemente da perda de população, contando para isso com a solidariedade e compreensão dos grandes círculos eleitorais.

Complementarmente, deve ser proposta uma lista nacional a retirar aos 230 deputados atuais, funcionando como um 2º círculo, parece-nos fundamental para garantir que não haja um único voto desperdiçado. O poder do voto de cada Português ganharia aqui uma maior expressão e valor acrescentado, reduzindo assim o problema deste flagelo.

Contamos com a capacidade de diálogo que Luís Montenegro mostrou ao longo do seu percurso político, para promover uma narrativa que nos permita sermos todos mais iguais, porque só assim teremos oportunidade e condições para no futuro ganharmos um Concelho abaixo de Alcobaça.

Quanto à regionalização, o PSD deve assumir uma posição muito pragmática, deve acima de tudo passar a palavra a todos os Portugueses, o referendo é um instrumento da Democracia ao qual deveremos recorrer quando a discussão assim o exigir.

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), é um plano nacional que não sendo programático, é um assunto de momento, e os assuntos de momento devem ser tratados com a devida atenção e prioridade. Até à data o valor da taxa de execução deve deixar-nos muito preocupados, Portugal executou apenas 13% da despesa prevista pelo governo referente ao ano passado, ou seja, ficaram por usar 600 milhões de euros do bolo global inscrito no referido Programa de Estabilidade. Essa preocupação cresce ainda mais, quando ouvimos o Governo admitir que os objetivos do PRR podem derrapar.

Para dar resposta aquilo que todos nós já profetizamos, o PSD deve propor uma Task Force, para complementar as CCDR'S na gestão destes fundos, de forma a desburocratizar a sua execução. Deve ser-lhe dado poder para se sobrepor às estruturas do estado para tomar as devidas decisões, a partir do momento em que as estruturas intermédias se encontram desorganizadas, politizadas e carentes de modernização nos seus serviços.

A isto chama-se liderar a agenda, podemos não controlar o tamanho e a força das ondas, mas podemos fazer o que está ao nosso alcance e aprender a surfá-las.

Só com um País vigoroso, justo e igualitário, podemos aspirar a sermos maiores, melhores e não menos importante, tornarmo-nos naquilo que deveria ser a nossa obrigação para com as próximas gerações, um País de oportunidades.

VIVA PORTUGAL, VIVA O BAIXO-ALENTEJO, VIVA BEJA, VIVA O PSD!